

# Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROCESSO Nº 1469

20 / 03 /2013

NDE UBRICA FOLHAS

BRUMO +

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE UBRIO

# GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM/114

Rio Grande, 20 de março de 2013.

#### Senhor Presidente,

Honra-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a essa Colenda Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei nº 030, que INSTITUI O AUXÍLIO-REFEIÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM ATIVIDADE E REVOGA A LEI Nº 5.141/1997.

Tendo em vista os diversos apontamentos do Tribunal de Contas do Estado (TCE) dando conta da impossibilidade de pagamento do auxilio-alimentação para inativos, bem como a natureza jurídica do mesmo, o presente visa adequar a legislação municipal sobre o tema.

Por outro lado, a fim de não prejudicar servidores aposentados que percebem tal parcela, há previsão no presente de manutenção dos valores até então recebidos.

Finalmente, conforme anteriormente referido, a alteração legislativa objetiva determinar o pagamento do auxílio-refeição considerando o efetivo dia de trabalho do servidor, dada a sua natureza jurídica.

Para efeito de valorização salarial e funcional dos Servidores Municipais, o presente Projeto de Lei também aumenta o referido vale-refeição de R\$ 5,91 para R\$ 9,10 por dia de efetivo exercício.

Sendo o que tínhamos para o momento, firmamo-nos,

Respeitosamente,

ALEXANDRE DUARTE LINDENMEYER
Prefeito Municipal

EXMO. SR. VER. PAULO RENATO MATTOS GOMES DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NESTA



#### Estado do Rio Grande do Sul

#### PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

#### GABINETE DO PREFEITO

# PROJETO DE LEI № 030 DE 20 DE MARÇO DE 2013.

"INSTITUI O AUXÍLIO-REFEIÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM ATIVIDADE E REVOGA A LEI N° 5.141/1997."

- **Art.** 1º Fica extinto o auxílio-alimentação criado pela Lei Municipal nº 5.141 de 17 de junho de 1997, regulamentado pelo decreto n°10.843, de 18 de outubro de 2010.
- **Parágrafo único.** Fica garantido o pagamento do auxílio-alimentação instituído pela Lei Municipal nº 5.141, de 17 de junho de 1997, aos servidores aposentados e pensionistas que atualmente recebem esse valor, a ser pago em parcela autônoma juntamente com o provento do servidor no valor fixo de R\$ 130,00 (cento e trinta reais).
- Art. 2º Fica criado o auxílio-refeição para os servidores ativos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, detentores de cargos públicos, a ser pago por dia de efetivo trabalho.
  - § 1º A concessão do auxílio-refeição terá caráter indenizatório.
- § 2º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma da Constituição Federal fará jus a percepção de um único auxílio-refeição.
  - § 3° O auxílio-refeição não será:
  - I incorporado ao vencimento, a remuneração, provento ou pensão;
- II configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público;
  - III caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial in natura.
- § 4º Será descontado dos servidores o valor correspondente de 1% (hum ponto percentual) do valor de auxílio-refeição a título de co-participação;
- § 5º Caso o servidor não concorde com o desconto acima, poderá manifestar-se no prazo de até 30 dias contados da entrada em vigor desta lei, situação que o levará ao não recebimento do benefício.
- Art. 3º O valor diário do auxílio-refeição será de R\$ 9,10 (nove reais e dez centavos), por dia de efetivo trabalho.



## Estado do Rio Grande do Sul

## PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

# GABINETE DO PREFEITO

**Parágrafo único:** O valor do auxílio-refeição será *proptem laborem*, de modo que não será devido o seu pagamento no caso de gozo de férias, licenças, recebimento de diárias e demais afastamentos previstos na Lei 5.819/2003.

Art. 4º Fica revogada a Lei Municipal nº 5.141/97.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Grande, 20 de março de 2013.

ALEXANDRE DUARTE LINDENMEYER
Prefeito Municipal

cc.:SMF/SMP/SMDP/CSCI/PJ/CMRG/Publicação

#### Prefeitura Municipal do Rio Grande Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento

RECURSO:	0001	RECURSO LIVRE
CARGO	AUMENTO VA	
QUANTIDADE:		
TIPO		
MÉS PERCEBIMENTO		Abril

Rubrica	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
GID -												
GID												
Auxílio-alimentação				292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00
Aumento no vale alimentação de 4.1	4											
Gratificação Natalina												14
Previrg 16,06% Grat. Natalina						100000000000000000000000000000000000000						
Previrg 22,2% - Amortização Passivo	-			151			-	7	151			1377
Totais				292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00
				202.020,00		202.020,00			202.520,00			

	300*4176											
1º ANO		ual estimado de	reaiuste para o	1º ano	7,00%							
Rubrica	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
(4)					•	•	-	-	72	-	-	
GID												
Auxílio-alimentação	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00
Previrg 16,06%												
Gratificação Natalina												-
Previrg 16,06% Grat. Natalina						***************************************						
Gratificação Férias	-		9			7		-		7 <u>-2</u>		8
Previrg 16,06% Grat. Férias	•	•	131			,÷			.\=	2.54	-	-
Previrg 22,2% - Amortização Passivo		-	(=)		-							
Totals	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00
2º ANO	Percent	ual estimado de	reajuste para o	2º ano	7,00%							
Rubrica	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	-	7.		-				-				
GID												
Auxílio-alimentação	292.320,00	292.320.00	292.320.00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00
Previrg 16,06%												
Gratificação Natalina												
Previrg 16,06% Grat. Natalina				A-2 (A-2), S-11 (A-2)								
Gratificação Férias				5	-				-		-	
Previrg 16,06% Grat. Férias												
Previrg 22,2% - Amortização Passivo	-	-		*	3=1				-	-	-	-
Totais	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00	292.320,00





# ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Número de Ordem: 07/2013

Data da Elaboração: 01/03/2013

A) SITUA	ÃO QUE EXIG	E A DEMONST	RAÇÃO DA ES	TIMATIVA DE IMPACTO		and the second				
1) Criação, expanção ou aperfeiçoamento de ação governamental (LC 101, art. 16)										
2) 🗸 Despe	2) Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (LC 101, art. 17)									
3) 🗌 Renúi	Renúncia de Receita (LC 101, art. 14)									
4) Recor	Reconhecimento ou confissão de dívida (LC 101, art. 29, §1º)									
5) Benefícios da Seguridade Social (LC 101, art. 24)										
	da Situação:									
Aumento	no vale alimen	tação de 4.176 <sub>l</sub>	para servidores	ativos						
		DIOCH DE DE	CUDCOC CON	FORME A CITHACAO						
	de Recursos:	JRIGENI DE RE	CURSUS CON	FORME A SITUAÇÃO	Situações C	abíveis				
	ento de Receitas (au	monto do alíquotas	hase de cálculo)		2, 3					
	nuição de Despesas (				2					
	são (a menor) no or			ta	3					
	são da despesa no o			1, 2, 3	3 (quando a renúncia	for subsídio) 4 e 5				
	veitamento da marge				2 e 3					
C) EM CA	SO DE SITUAC	AO PREVISTA	NO ART. 16 e 1	17 da LC nº 101/2000:						
1) Classifi	icação orçamei	ntária completa	por onde vai	correr a despesa:	Fonte	VALOR				
	strutura Progra		•	Descrição	Forte	VALOR				
			TOTAL	0,00						
2) Previsã	io na Lei de Dir	etrizes e no PF	A:							
2.1) ✓ Não										
	Número da ação (pr	ojeto/atividade) LDC	e PPA:							
	TO FINANCEIR									
	rogramação da des		2, 4 e 5)	Situação Contábil no sistema financeiro:						
meses			2º ano	(por vínculo de recursos)						
janeiro	0,00	292.320,00	292.320,00	Fonte: 0001	RECURSO L	IVRE				
fevereiro	0,00	292.320,00	292.320,00							
março	0,00	292.320,00	292.320,00	(-) Passivo Financeiro mês anterior: 12.727.5						
abril	292.320,00	292.320,00	292.320,00	(=) Resultado Financeiro mês anterior 61.035.						
maio	292.320,00	292.320,00	292.320,00	(+)Receitas Previstas até o final do exercío	176.221.770,49					
junho	292.320,00	292.320,00	292.320,00	(-)Despesas de Pessoal previstas até fina	176.221.770,49					
julho	292.320,00	292.320,00	292.320,00	(=) Resultado Financeiro projetado ano 61.03						
agosto	292.320,00	292.320,00	292.320,00	(+) receitas primeiro ano seguinte 205.721.36						
setembro	292.320,00	292.320,00		(-) despesas de Pessoal primeiro ano segu	uinte	205.721.367,07				
outubro	292.320.00	292.320,00		(+) receitas segundo ano seguinte		216.007.435,42				
novembro	292.320.00	292.320,00		(-) despesas de Pessoal segundo ano seg	uinte	216.007.435,42				
dezembro	292.320,00	292.320,00		(=) situação financeira antes do Impac		61.035.085,94				
Soma	2.630.880.00	3.507.840,00		(- gastos impacto) = situação projetada		51.388.525,94				
	Percentual atual de despesa com pessoal 2013 (atual) 50.99%									



# DESPACHO

Processo n° 1469/13

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador (a)
( ) Fica deferido, a pedido do Relator, o prazo do art. 42, § 1°, do Regimento Interno.
( ) Não Requerido o prazo do art. 42, § 1° do Regimento Interno.
Deliberou a Comissão de:
(XEnviar ao Consultor Jurídico.
( ) Não enviar ao Consultor Jurídico.
Rio Grande, 20 de 03 de 20 13
Presidente da Comissão
PARECER JURÍDICO  ( ) Em anexo
O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.  Rio Grande, De Marride 20 13
Consulto
DESPACHO
Na condição de Relator (a):
(*Acolho o parecer jurídico por seus fundamentos.
( ) Deixo de acolher o parecer jurídico pelas razões em separado.
presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a
Técnica Legislativa.
( ) O presente projeto não atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é
adequado a Técnica Legislativa.
Rio Grande, 22 de 05 de 20 6
Rio Grande, 22 de 05 de 20 B



# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PARE	ECER	PROCESSO 1469113
como:	Esta Comissão, após apreciar o Projeto, con:	nstante do Processo acima enumerado, declara o referido
		CONSTITUCIONAL
		( ) INCONSTITUCIONAL
		( ) ANTIJURÍDICO
		( ) ANTIREGIMENTAL
		( ) INADEQUADO A TÉCNICA LEGISLATIVA
		Este é o parecer desta comissão.
	Sala das Comissões Técnicas, Câmara Mun	icipal, Rio Grande,
	P	Presidente
	Vice	e-Presidente
	S	Secretário
		Membro